

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



**BRAGANÇA, José de Freitas** (Porto, 1892 – Cascais, 1982)

Natural da freguesia da Vitória da cidade do Porto, nasceu a 17 de Abril na rua da Fábrica, era o terceiro filho de António Manuel Rodrigues e de Albertina Mendes de Freitas, família de origens humildes que subsistia da profissão de alfaiate do pai. Presumivelmente, a proveniência da cidade de Bragança terá motivado essa alcunha toponímica que *a posteriori* o agregado familiar adoptou como novo apelido civil. Em 1910, concluídos os estudos primários e liceal na terra natal, rumou José de Bragança a Paris para frequência da Universidade de Sorbonne, desempenhando vários trabalhos para custear as despesas com o curso superior. Formado em Filologia Moderna, o eclodir da 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial não instigou a sua partida da capital francesa, passando a leccionar no destacado Collège Sainte-Barbe, com ligações ancestrais aos humanistas portugueses, e assumindo ainda o cargo de director da secção portuguesa da Casa Editorial Hispano-Americana. Data deste período a sua estreia como escritor, tradutor e crítico de arte responsável pela elaboração de monografias sobre pintores e músicos, bem como de jornalista com colaborações em periódicos como *La Revue de France*, *L'illustration*, *Les Gil Blas*, *Les Temps* e *Portugal na Guerra* do Corpo Expedicionário Português.

De regresso a Portugal em inícios de 1922, por proposta de Hernâni Cidade em Junho do ano seguinte, foi contratado como assistente de Filologia Românica na 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras do Porto, carreira universitária que se revelaria efémera. Em 1925 aceitou o convite para funções no gabinete do Ministério do Trabalho, mas ao regressar em Outubro à Universidade soube que o seu contrato não seria renovado pelo Conselho Escolar, facto que lhe mereceu sentidas críticas pela pouca consideração académica e pessoal a que teria sido votado. Entretanto decidiu fixar a sua residência em Lisboa e empreendeu uma nova carreira profissional como jornalista e historiador, em particular no domínio da História da Arte, ao se especializar na crítica e estudos do retrato na arte do Renascimento em que perseveraria. Defensor do ideário republicano e amigo pessoal de Brito Camacho, a viragem de regime político deu início a futuras perseguições políticas de que seria alvo pela sua reconhecida oposição ao novo regime autoritário, restringindo a intervenção cívica e, conseqüentemente, a dimensão da obra intelectual e cultural de José de Bragança. Não só se foi deparando com sérias dificuldades em dar à estampa os seus manuscritos, como a sua participação em organismos académicos e culturais foi sendo vetada, factos que alimentaram um sentimento pessoal de ostracização pública até ao final da vida.



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Nos primeiros meses de 1935, contando ainda 42 anos de idade, publicou no *Diário de Notícias* quatro artigos com o título “História da história”, que constituíram a sua primeira polémica no cenário histórico pelas considerações defendidas. Após o estudo e análise em Espanha e França das crónicas medievais castelhanas, comprovou que a *Crónica Geral de Espanha de 1344* era indubitavelmente de origem portuguesa, argumentando que se tratava de uma recompilação parcial da crónica do condestável D. Pedro, recuando assim aos primórdios da historiografia nacional. Enquanto as provas apresentadas mereceram a validação dessa tese histórico-linguística junto da comunidade científica internacional, caso de Ramón Menéndez Pidal, em Portugal só em finais dos anos 40 o Instituto para a Alta Cultura se decidiu a encomendar a revisão e edição dessa valiosa crónica histórica ao jovem bolseiro Lindley Cintra, que a corroboraria como obra do conde Pedro Afonso. Ainda no domínio da filologia aplicada à historiografia surge também entre os primeiros historiadores a contestar a plena autoria de Fernão Lopes na redacção das crónicas reais da Dinastia de Borgonha anteriores a D. Pedro I, enquanto procedia ao estudo, revisão e edição crítica das crónicas de Duarte Galvão, Rui de Pina e Gomes Eanes de Azurara.

O nome de José de Bragança como historiador de arte ficaria associado à profunda investigação histórica e artística ao longo de vários anos dos ditos “Painéis de São Vicente”, conquistando um papel entre os protagonistas na célebre “Questão dos Painéis”. Por volta dos anos de 1940, reivindicou que os dois trípticos constituiriam um políptico de seis quadros, na sua óptica alvo de um restauro equívoco e insincero de Luciano Freire, que acusa mesmo de deturpar algumas das figuras representadas, ilustrando uma devoção ao infante mártir D. Fernando. Logo depois, cooperando com Almada de Negreiros, definiu o posicionamento correcto dos painéis, segundo a geometrização e perspectiva dos ladrilhos na pintura, tomando-se ambos de razões como autores da descoberta e que deu azo a uma disputa pública na imprensa, culminando numa cena de luta em pleno Chiado e o reconhecimento público da descoberta para esse último. Finalmente, em 1961, retomou a questão nas páginas do *Diário Popular* atribuindo a sua autoria a Grão Vasco ou a outro pintor nacional que não a Nuno Gonçalves, além de contestar a veracidade de vários documentos históricos em torno dessa obra de arte, segundo as suas observações e notas manuscritas. Noutros estudos de História da Arte dedicou a sua atenção à obra e estilos dos principais pintores portugueses quinhentistas e redigiu uma monografia inédita das obras do Museu Nacional de Arte Contemporânea de Lisboa, continuamente deparando-se com a falta de apoios para a publicação das suas obras.

Até ao seu falecimento em 30 de Outubro de 1982, na sua residência no Estoril, José de Bragança organizou um significativo espólio de historiografia de arte, com estudos envolvendo modernos métodos de identificação e contextualização das obras de arte e um riquíssimo arquivo fotográfico, actualmente em posse do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea-BNP, permitindo resgatar em parte a sua reflexão sobre a cultura e história nacional seriamente olvidada durante o Estado Novo.

**Bibliografia activa:** AZURARA, Gomes Eanes, *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné [edição crítica]*. Porto, Livraria Civilização, 1937; GALVÃO, Duarte, *Crónica de D. Afonso Henriques, segundo o*



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

*manuscrito da Torre do Tombo [edição crítica]*. Lisboa, Portugalía, 1954; *Os Pergaminhos Históricos do Senhorio da Guiné*. Lisboa, Edição de autor, 1955; *Lisboa antiga nos desenhos de Zuzarte arquitecto e abridor de gravuras*. Lisboa, Museu Nacional de Arte Contemporânea, 1956; PINA, Rui de, *Crónicas de D. Sancho I e de D. Afonso II [edição crítica]*. Lisboa, Portugalía, 1964.

**Bibliografia passiva:** “Bragança, José de”. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa-Rio de Janeiro, vol. 5, 1953, p. 15; PINA, Luís de, “Faculdade de Letras do Porto: breve história”. *Cale – Revista da Faculdade de Letras do Porto*. Porto, vol. 1, 1966, pp. 59-172; ALMEIDA, Jorge Filipe e ALBUQUERQUE, Manuela, *Os painéis de Nuno Gonçalves*, Lisboa, Verbo, 2000.

Francisco Miguel Araújo



APOIOS:

